



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE CACAULÂNDIA

CONTRATO Nº 46/2022

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA E A
EMPRESA ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
EIRELI, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 63.762.058/0001-92, com sede na Rua João Falcão, 2119, Centro desta cidade de Cacaulândia, estado de Rondônia, doravante designado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor **DANIEL MARCELINO DA SILVA** e a Empresa **ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.068.320/0001-32, com sede na Rua/Av.: Rua Graça Aranha, Nº 875, Brcão 2, Sala A, Bairro Vargem Grande, Pinhais - PARANA, nesta Capital, doravante denominada CONTRATADO, representada neste ato por seu representante legal Senhora **PATRICIA BACH**, inscrito no CPF sob o nº 031.309.619-84, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada em decorrência do Processo Administrativo nº 2-58/2022 e que se regerá pelas Leis Federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, e posteriores alterações, atendidas as Cláusulas e condições que se seguem:

DO AMPARO LEGAL

CLÁUSULA PRIMEIRA O respaldo jurídico do presente contrato encontra-se consubstanciado na Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e Processo Administrativo nº 2-58/2022.

DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA O objeto do presente termo é **Aquisição de Insumos e Materiais Hospitalares**, através da **proposta 073/2022-33**, e em conformidade com as especificações técnicas e condições complementares descritas nos Anexos do **Edital de Pregão Eletrônico nº 57/2022**, partes integrantes e inseparáveis do mesmo, que constituem o Processo nº **2-58/2022**.

PARÁGRAFO ÚNICO São partes integrantes do presente Contrato, independente de sua transcrição, a proposta do CONTRATADO, o **edital de Pregão Eletrônico nº 57/2022** acompanhado de seus anexos, e os demais elementos constantes do Processo no **2-58/2022**.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA O presente Contrato será pago conforme entrega dos produtos, sendo o valor total de R\$ 5.682,00 (cinco mil seiscentos e oitenta e dois reais).

ITENS DO RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2022						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR FINAL
8	Oxímetro de Pulso Portátil destinado para a triagem, monitoramento ou gravação contínua não invasiva de saturação de oxigênio funcional da hemoglobina arterial, frequência cardíaca e força de pulso. Acompanha sensor Adulto, Pediátrico, Neonatal e Sonda de Temperatura; Fornecer leitura de SpO2, frequência cardíaca e força de pulsação de maneira rápida e confiável; Possuir alarmes visuais e sonoros, ajustáveis e programáveis.	UND	3	CREATIVE / modelo SP-20	R\$ 1.894,00	R\$ 5.682,00
total						R\$ 4.026,00

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**CLÁUSULA QUARTA** As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da:**Órgão:** Prefeitura Municipal de Cacaulândia

Ficha:	510	Processo Nº: 58
Unidade:	020801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Funcional:	10.301.1002.2155.0000	
Cat. Econômica:	3.3.90.30.00 - DESPESAS CORRENTES	
Código de Aplicação:	010.268 - Prop.073/2022-33 AQ. DE INSUMOS E MA	
Fonte de Recurso:	1.632.0000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	
Fonte STN:	1.632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde (Exerc.Corrente)	

DA VIGÊNCIA E DA ENTREGA**CLÁUSULA QUINTA** A vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme conveniência da Administração e de acordo com o prazo de garantia definido na proposta, como disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.**DA ENTREGA:**

1. A entrega dos insumos e materiais referente a solicitação da secretaria dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Cacaulândia/RO, através da Secretaria Municipal de Saúde, e deverão ocorrer no prazo 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de fornecimento.
2. Os insumos deverá ser entregue no horário de expediente sendo, na segunda-feira das 7h30 às 12h00/14h00 às 17h30 e de terça a sexta-feira das 07h30 às 13h00, no Almojarifado Central, localizado na Rua cerejeiras, nº 1938, setor 04, CEP 76.889-000, Cacaulândia/RO;
3. Os insumos e materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24(vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades isentando a administração de qualquer custo adicional.

DO REAJUSTE**CLÁUSULA SEXTA** O presente instrumento contratual será irrevogável.**DA EXECUÇÃO DO CONTRATO****CLÁUSULA SÉTIMA** A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da

teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

- I. Executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aceitos pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- II. Permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE, e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos e documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução de respectivo objeto.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA OITAVA Compete ao CONTRATADO:

- I. Cumprir fielmente com os prazos e condições estabelecidas;
- II. Emitir, a Nota Fiscal do material entregue que deverá vir acompanhada de todas as certidões de regularidade fiscal (Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Trabalhista), a nota fiscal deverá conter o número da proposta, **Proposta 073/2022-33 - Aquisição Insumos e Materiais Hospitalares**;
- III. Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente, de qualquer anormalidade que se verificar na execução dos serviços, mesmo que esses não sejam de sua competência;
- IV. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, a respeito do material contrato.
- V. Os casos omissos ou excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente;
- VI. Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, por sua culpa ou dolo durante a execução do Contrato, não eximindo sua responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento por ventura efetuado pelo Contratante;
- VIII. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas as suas empregados ou preposto quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
- IX. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante, não eximirá, a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;
- X. Todas e demais cláusulas presentes no edital 57/2022 e seus anexos Termo de Referência.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA NONA São responsabilidades e obrigações do CONTRATANTE:

- I. Promover o acompanhamento e a fiscalização do material, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;
- II. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;
- III. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- IV. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;
- V. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da assinatura deste Termo;

- VI. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o presente contrato, mesmo as não transcritas neste Termo;
- VII. Efetuar pagamento da Nota Fiscal / Fatura da Contratada, após a efetiva entrega e emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS COMERCIAIS E FISCAIS

CLÁUSULA DÉCIMA Caberá ao CONTRATADO, ainda:

- I. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e *obrigações* sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- II. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
- III. A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA Durante a vigência do contrato, a entrega será acompanhada e fiscalizada pelo servidor responsável da Secretaria Executiva de Licitações e Contratos, ou outro servidor por ele designado, representando o CONTRATANTE, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

PARÁGRAFO ÚNICO O representante do CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA O licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado nesta Prefeitura Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO Penalidades a que está sujeito o licitante ou contratado inadimplente:

- I) Advertência;
- II) Multa, sobre o valor contratado, nos seguintes percentuais:

A) **multa moratória** de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

B) **multa compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias;

C) **suspensão temporária de participar de licitações** e impedimento de contratar com o Município de Cacaulândia/RO;

D) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação pelo Sr. Prefeito Municipal, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

E) na hipótese da empresa recusar-se a assinar o Contrato no prazo informado, durante a vigência da proposta, assim como não cumprir o objeto do certame, caracteriza-se a inexecução da obrigação assumida, sujeitando-a ao pagamento da multa prevista em Lei.

F) Às demais ocorrências, que não previstas nas alíneas anteriores, será aplicada a suspensão por prazo diretamente proporcional ao percentual da inexecução. Exemplo: Inexecução Parcial de 20% do contrato = 1 ano; Inexecução Parcial de 40% = 2 anos.

PARÁGRAFO SEGUNDO A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

PARÁGRAFO QUARTO Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

PARÁGRAFO QUINTO Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços prestados, respeitada a ordem das exigibilidades, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, houver erro na fatura, ou se os serviços/equipamentos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

PARÁGRAFO SEGUNDO Saneadas as condições impeditivas do pagamento, serão contabilizados os dias decorridos desde a sua comunicação formal, e adicionados ao prazo de pagamento restante.

PARÁGRAFO TERCEIRO O CONTRATANTE poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos deste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Numero de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,000328767, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (1/365) \quad I = 0,000328767$$

$$365 \quad 365$$

TX = Percentual da taxa anual = 12%

PARÁGRAFO QUINTO O recebimento do objeto se fará em conformidade com o procedimento descrito no edital de licitação que precedeu o presente termo, no Item 13 e seus subitens.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, adequadas aos termos deste documento.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a possibilidade de sua rescisão, a critério da Administração, conforme disposto **nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO A rescisão deste contrato será formalmente motivada nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e poderá ser:

- I) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se o CONTRATADO com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a Administração;
- III) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

PARÁGRAFO SEGUNDO A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA As partes elegem o foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, para dirimir as dúvidas ou omissões oriundas do presente Contrato que não possam ser dirimidas administrativamente, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, é lavrado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelo CONTRATANTE e pelo CONTRATADO, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução.

Cacaulândia, Rondônia, 03 de outubro de 2022.

Daniel Marcelino da Silva

Prefeito Municipal

Cléverson Rogério Rigolon

Sec. Municipal de Saúde

Asclepios Equipamentos Hospitalares Eireli

CNPJ sob o nº 33.068.320/0001-32

Patricia Bach

CPF sob o nº 031.309.619-84

representante legal Senhora

Rua João Boava, 2119 - Centro - Fone: 69 3532-2121 - 76889-000
CNPJ: 63.762.058/0001-92 – CACAULÂNDIA – RONDÔNIA
gabinete@cacaulandia.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **CLEVERSON ROGERIO RIGOLON, SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE**, em 03/10/2022 às 12:38, horário de Cacaulândia/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 4041 de 27/11/2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA BACH, REPRESENTANTE LEGAL - ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS HOSPI**, em 04/10/2022 às 09:15, horário de Cacaulândia/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 4041 de 27/11/2019](#).



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **DANIEL MARCELINO DA SILVA, PREFEITO**, em 04/10/2022 às 11:42, horário de Cacaulândia/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 4041 de 27/11/2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.cacaulandia.ro.gov.br, informando o ID **105762** e o código verificador **9EE2AE28**.

Referência: [Processo nº 2-58/2022](#).

Docto ID: 105762 v1